



Circuito Regional

*Ciência, Tecnologia e Inovação para
o Desenvolvimento Sustentável*

NORMAS E CRITÉRIOS PARA PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE EM PEQUENOS MUNICÍPIOS: UM ESTUDO DE CASO

AMARAL, Diuly Vieira do, 1; BUENO, Leonan Bongiovan, 2; FERREIRA, Anderson Saccol, 3.

1. Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Oeste de Santa Catarina (UNOESC); 2. Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Oeste de Santa Catarina (UNOESC); 3. Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).

Área: Ciências Exatas e Tecnológicas

Introdução: A acessibilidade refere-se a ter acesso, relacionando a inclusão de pessoas com dificuldades motoras. A adaptação das áreas com necessárias mudanças, visa eliminar barreiras que dificultam o acesso de entrada e saída, impedindo as pessoas de desfrutar do local. A grande maioria dos pequenos municípios desconhece a legislação pertinente, que regulamenta a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A cada nova obra arquitetônica e urbana, novas barreiras são impostas, muitas vezes por projetos e execuções equivocadas. Já para os gestores de pequenos municípios, estas barreiras arquitetônicas e urbanas passam despercebidas, tanto pela ausência de conhecimento da legislação quanto pela falta de fiscalização. Esta carência de conhecimento da sociedade exclusiva reforça mais o tema da falta de acessibilidade, não apenas para atender a legislação vigente, mas como uma forma de incluir e dar condições de qualidade de vida aos portadores de deficiência ou mobilidade reduzida. Dessa forma, surge a problemática da pesquisa: os municípios cumprem as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência? **Objetivo:** Como objetivo o estudo busca identificar quais são as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência nos pequenos municípios. **Método:** A pesquisa está limitada em uma análise documental e de estudo de caso em dois municípios com menos de dez mil habitantes, com o foco no ambiente urbano e na região central dos municípios. Os municípios selecionados são Lajeado Grande e Bom Jesus. A escolha de ambos municípios se deu pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A primeira etapa da pesquisa será por meio do método documental feito acerca das legislações, manuais e normas técnicas adotadas pelos municípios. Já o estudo de caso, aborda os municípios na sua origem e compreende uma investigação das características mais importantes para objeto de estudo da pesquisa. Nessa etapa será a observação e o levantamento técnico que visa identificar as deficiências e potencialidades acerca da acessibilidade. **Resultados:** Identificamos que a Constituição Federal de 1988 Art. 227 determina a eliminação de obstáculos arquitetônicos para facilitar o acesso



Circuito Regional

*Ciência, Tecnologia e Inovação para
o Desenvolvimento Sustentável*

aos bens e serviços coletivos. Além da Lei 10257/2001 que determina que o plano de rotas, inserido no plano diretor, no que concerne à construção e reforma de passeios públicos deve garantir acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida a todas as rotas e vias existentes. Além disso, normas como ABNT 9050/2020 podem facilitar o acesso de todas as pessoas portadoras de alguma 'que dificultam a implantação de um projeto mais robusto na acessibilidade. **Conclusão:** Considera-se que os municípios possuem diversos problemas nas calçadas e necessitam estabelecer dentro do plano diretor normas mais específicas para garantir a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência. Para futuros estudos recomenda-se pesquisas que possam determinar a inclusão da acessibilidade nos municípios que não possuem planos diretores, visto que este é um limitador para pequenos municípios. Da mesma forma, estender os estudos para municípios maiores com população entre 10 e 15 mil habitantes.

Palavras-chave: Acessibilidade; Pequenos municípios; Normas; Critério; Estudo de caso.

Contato: Diuly Vieira do Amaral, diuly.vieira@hotmail.com

Agradecimentos: Os autores Diuly Vieira do Amaral e Leonan Bongiovani Bueno agradecem ao Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina (UNIEDU) pela concessão de bolsa de iniciação científica.